

RELAÇÃO ENTRE INDICADORES FINANCEIROS E A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO: Estudo de Caso na Empresa Madeireira Richter Ltda.

Kaique Antonio de Souza¹

Antionielle Pagnussat²

RESUMO

O presente trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: É possível, através da relação entre os Indicadores Financeiros e o Fluxo de Caixa melhorar o processo de tomada de decisão em empresas que estão desobrigadas a apresentar a DFC? Neste sentido, o objetivo da pesquisa é estabelecer uma relação entre os Indicadores Financeiros e o Fluxo de Caixa, e, a partir de tal relação, apontar melhorias para o processo de tomada de decisão em uma empresa do setor madeireiro. A metodologia adotada para elaboração do trabalho se divide: quanto à natureza como pesquisa aplicada; quanto à abordagem do problema, é classificada como qualitativa; quanto aos objetivos é caracterizada como pesquisa exploratória e, por fim, quanto aos procedimentos técnicos é classificada como uma pesquisa bibliográfica com aplicação de um estudo de caso. Através do levantamento da DFC e alguns indicadores financeiros, tais como: liquidez geral, endividamento geral, composição de endividamento, margem líquida e o EBITDA da empresa Madeireira Richter Ltda, nos anos de 2016 e 2017, foi possível constatar que tais indicadores apresentam fontes relevantes de dados sobre a saúde financeira da entidade analisada. Os resultados indicam que tal análise possibilita aos gestores um elenco de informações, essenciais no processo decisório, sendo assim, atende a finalidade primordial da contabilidade, prover seus usuários de informações úteis para o embasamento nas tomadas de decisões, ainda que em uma empresa de médio porte.

Palavras-chave: Indicadores Financeiros; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Ebitda, Contabilidade; Tomada de decisão.

ABSTRACT

The present study has as a research problem the following question: Is it possible, through the relationship between the Financial Indicators and the Cash Flow, to improve the decision-making process in companies that are released to present the DFC? In this sense, the objective of the research is to establish a relationship between the Financial Indicators and the Cash Flow, and, from this relation, to point out improvements to the decision making process in a company in the timber sector. The methodology adopted for the elaboration of the work is divided: as to nature as applied research; approach to the problem, is classified as qualitative; as regards the objectives is characterized as exploratory research and, finally, regarding technical procedures is classified as a bibliographic research with application of a case study. Through the survey of the DFC and some financial indicators such as: general liquidity,

¹ Souza, Kaique Antonio de, Graduando em Ciências Contábeis da AJES – Faculdade do Vale do Juruena, Juína MT, kaique.a.souza@hotmail.com.

² Pagnussat, Antionielle, Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Especialista em Auditoria e Finanças pela Faculdade do Vale do Juruena – AJES, Mestranda em Contabilidade Gerencial pela FUCAPE Business School. Professora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena – AJES. Email antionielle.pagnussat@gmail.com

general indebtedness, composition of indebtedness, net margin and EBITDA of the company Madeireira Richter Ltda, in the years 2016 and 2017, it was possible to verify that these indicators present relevant sources data on the financial health of the entity analyzed. The results indicate that such an analysis allows the managers a list of information, essential in the decision process, thus, it serves the primary purpose of accounting, to provide its users with information useful for the basis of decision making, even in a medium-sized company.

Keywords: Financial Indicators; Statement of Cash Flows; Ebitda, Accounting; Decision making.

1 INTRODUÇÃO

Em qualquer ramo de atividade conhecer o estado de solvência da empresa é essencial para sua sobrevivência. Através da solvência é possível identificar a capacidade da mesma arcar com suas obrigações (fornecedores, obrigações trabalhistas, tributos e entre outros), e torna-se fator determinante para sua continuidade no mercado (SZUSTER et al., 2013).

Neste contexto, faz-se necessária a utilização das informações contábeis, como ferramenta para analisar a saúde financeira da empresa, bem como embasar a tomada de decisão. Nesse sentido, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (CPC 00 – R1, 2011, p. 3) destaca: “Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve esta Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral [...]”.

Vale destacar que a contabilidade apresenta uma vasta quantidade de demonstrações contábeis e/ou ferramentas que possibilitam a análise da situação que a empresa se encontra (SOUZA et al., 2015). Neste trabalho serão evidenciadas algumas dessas demonstrações, tais como: o Ebitda - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, traduzindo para o português Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e alguns indicadores financeiros como: liquidez geral, endividamento geral e rentabilidade sobre vendas.

O EBITDA é um importante indicador na atualidade e vem sendo utilizado cada vez mais, através dele é possível avaliar a situação operacional de determinada empresa, provendo os usuários com informações a respeito do valor econômico da mesma (IUDÍCIBUS, 2008).

A DFC, trazida para o cenário da contabilidade brasileira através do processo de convergência às normas internacionais, por meio da nova Lei das Sociedades por Ações 11.638 de 2007 que constituiu um marco no processo brasileiro de convergência aos padrões internacionais. Trata-se de uma demonstração obrigatória somente para as companhias de capital aberto, ou para entidades com Patrimônio Líquido superior a dois milhões de reais. Contudo, tal demonstração contábil é uma excelente ferramenta para análise financeira, apresentando os fluxos de caixa das atividades da empresa, dividindo-os em operacionais, de investimento e financiamento (GITMAN e MADURA, 2003; COSTA, THEÓPHILO e YAMAMOTO, 2012).

Para Iudícibus (2008) a contabilidade deu um grande passo ao desenvolver a análise financeira da empresa através de quocientes, desta maneira possibilita a verificação de tendências e comparabilidade com os objetivos traçados. Sendo assim, a liquidez de uma empresa evidencia a sua posição em relação ao cumprimento de obrigações assumidas, tanto a curto como a longo prazo, este quociente é responsável por evidenciar possíveis problemas no fluxo em caixa (GITMAN e MADURA, 2003).

O índice de endividamento demonstra a quantidade total do ativo que é financiada por terceiros, ou seja, o valor despendido por terceiros para a geração de lucros. Já o índice de rentabilidade determina o lucro da empresa de acordo com certa quantidade de vendas efetuadas pela mesma (GITMAN e MADURA, 2003). Conforme exposto, os índices financeiros têm estrita relação com o fluxo de caixa. Desta forma, o presente trabalho tem

como problema de pesquisa a seguinte questão: É possível, através da relação entre os Indicadores Financeiros e o Fluxo de Caixa melhorar o processo de tomada de decisão em empresas que estão desobrigadas a apresentar a DFC?

Para responder ao problema de pesquisa são definidos os objetivos do estudo. O objetivo geral da pesquisa é fazer uma relação entre os Indicadores Financeiros e o Fluxo de Caixa e, através desta, apontar melhorias para o processo de tomada de decisão, em um estudo de caso. Para alcançar o objetivo geral definem-se os objetivos específicos conforme se apresentam: Avaliar a criação de riqueza, ou seja, geração de fluxo de caixa operacional através do lucro operacional ajustado (EBITDA); Calcular os índices de liquidez geral, endividamento geral e rentabilidade sobre as vendas; Demonstrar através DFC, o comportamento das atividades operacionais, de investimento e financiamento e o papel de cada uma delas sobre o resultado econômico da empresa; Aplicar os indicadores citados em um estudo de caso, como fonte de informação para tomada de decisão.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de gerar informações que possibilitam ao gestor avaliar o desempenho de sua organização. Além disso, o estudo aponta ferramentas para tomada de decisão, para avaliar a real situação econômica e financeira da empresa proporcionando ao gestor uma gama de informações (em consonância com a legislação contábil), e outras não obrigatórias por força da legislação, porém de grande valia para o gerenciamento empresarial.

Com a finalidade de respaldar o desenvolvimento do trabalho, por meio de métodos que caracterizam a pesquisa como científica, é necessária à definição da metodologia. A metodologia utilizada neste trabalho divide-se quanto à natureza em pesquisa aplicada; quanto à abordagem do problema é considerada qualitativa; quanto aos objetivos é definida como exploratória; e, por fim, quanto aos procedimentos técnicos representa uma pesquisa de revisão bibliográfica, com aplicação dos conhecimentos adquiridos em um estudo de caso.

Os resultados alcançados demonstram que a utilização da contabilidade através da análise da DFC, aliada a alguns indicadores financeiros, consiste em uma importante ferramenta de auxílio para o embasamento na tomada de decisão dos gestores, principalmente no que tange à saúde financeira das entidades, destacando a sua utilização não apenas em grandes organizações, mas também nas pequenas e médias. Neste sentido, é necessário apresentar a esses gestores a utilidade da contabilidade, com o intuito de romper o paradigma de que a mesma só é necessária para atender ao fisco. Após a conclusão deste trabalho, o mesmo será apresentado ao gestor da empresa Madeireira Richter Ltda, com o intuito de demonstrar a utilidade da contabilidade para tomada de decisão, conforme exposto ao longo do estudo.

Sendo assim, no âmbito acadêmico o presente trabalho contribui para a formação acadêmica do autor, bem como poderá ser utilizado como fonte de pesquisas nesta área. Além disso, amplia a literatura no sentido de apontar as relações existentes entre a utilização dos indicadores financeiros junto a DFC para auxílio na tomada de decisões, em empresas desobrigadas à esta demonstração devido à legislação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CAPACIDADE INFORMACIONAL DA CONTABILIDADE

O fenômeno denominado globalização ocasionou um conjunto de acontecimentos e teve como consequência diversas mudanças no ambiente das organizações, elevando-as a níveis maiores de complexidade. Sendo assim, o ambiente empresarial torna-se cada vez mais volátil, criando novos desafios às empresas. Devido às constantes mudanças faz-se necessário uma gama de informações aos gestores, que possibilitam o acompanhamento deste novo cenário (BARBOSA, 1997).

A informação é um insumo e necessita passar por diversos estágios, tais como: captação, tratamento, armazenamento, disseminação e por fim, utilização. Todas essas etapas contribuem para o gerenciamento das informações, que na nova conjuntura econômica brasileira torna-se essencial. Principalmente para as empresas de pequeno e médio porte, que ainda estão em processo de adaptação aos novos sistemas informacionais, responsáveis pela criação de conhecimento e por consequência vantagem competitiva (ARAÚJO, SILVA e RADOS, 2017).

Conforme relatado, estar bem informado é fator determinante para competitividade empresarial e, da mesma forma, a falta de informação é capaz de desempenhar papel fundamental para abertura de processo de falência de qualquer empresa (ARAÚJO, SILVA e RADOS, 2017). Para Iudícibus, Marion e Faria (2009), constantemente as empresas de pequeno e médio porte estão fechando suas portas, ou enfrentam situação de extremo risco para se manter no mercado, a este fato a grande maioria dos empresários e ou gestores atribuem a elevada carga tributária nacional, porém, os autores constataram que o fator determinante para tais ocorrências é a má gestão, desprovida de informações úteis e que não retratam com confiabilidade a situação empresarial.

Neste contexto, a contabilidade desempenha papel fundamental para prover a administração de informações úteis e necessárias ao desempenho empresarial, através de seus registros que evidenciam a variação patrimonial, financeira e econômica, independente das atividades exercidas e de sua forma jurídica (BRAGA, 2012).

Marion (2015, p. 4) destaca que “A Contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomadas de decisões”. O CPC 00 (R1), retrata que as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a Estrutura Conceitual, são responsáveis por prover seus usuários internos e externos de informações úteis, possibilitando a avaliação e gestão com confiabilidade. A Estrutura Conceitual Básica é responsável por apresentar conceitos para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

O principal objetivo das demonstrações contábeis é prover seus usuários de informações contábeis e financeiras sobre a entidade que os elabora, através do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e entre outras. Além disso, podem-se incluir informações complementares e ou originadas das próprias demonstrações que visam auxiliar seus usuários (BRAGA, 2012).

2.2 DESEMPENHO A PARTIR DE MEDIDAS CONTÁBEIS-FINANCEIRAS

A análise de desempenho vem tornando-se cada vez mais fundamental dentro das organizações, de acordo com Macedo e Corrar (2012, p. 2) “Isso porque é por meio dela que a administração da organização se torna capaz de monitorar, comparar e, até mesmo, corrigir o desempenho corporativo, sendo assim, fundamental para a sobrevivência da organização num ambiente competitivo”.

Várias são as definições de desempenho, para Girioli (2010, p. 31), “[...] desempenho é a execução de um trabalho, atividade, empreendimento etc., que exige competência e/ou eficiência. Desempenhar é cumprir (aquilo que se estava obrigado), executar”. Nuintin (2007, p. 70) descreve que “Indicadores são uma forma de medir uma situação atual contra um padrão previamente estabelecido. Os indicadores dão suporte à análise crítica dos resultados, às tomadas de decisão e ao planejamento e controle dos processos da organização”.

As medidas de desempenho funcionam com o objetivo de expor pontos que necessitam de melhorias nas empresas, ou seja, pontos fracos, e através de sua análise permite a averiguação de tais situações que ocasionam resultados indesejáveis. Apontando possíveis soluções para maximização das operações da organização (GIRIOLI, 2010).

Medidas de desempenho têm por finalidade evidenciar a performance empresarial, sendo capazes de levar aos seus usuários um diagnóstico completo, além disso, permitem o conhecimento da real situação econômica-financeira da organização, sendo capazes de caracterizar tendências e demonstrar qual o melhor caminho a ser tomado pelo empreendimento (MIRANDA e REIS, 2006).

Há várias medidas de desempenho organizacional, desde as mais pontuais que retratam áreas-chaves que estão comprometendo o desempenho, e as mais amplas que abrangem toda a sua estrutura. Tais medidas funcionam como um termômetro, ou seja, demonstram pontos-chaves que necessitam de maiores cuidados, e através disso permitem traçar caminhos para solucionar eventuais problemas (MIRANDA e REIS, 2006).

2.3 INDICADORES FINANCEIROS

A análise por indicadores é responsável por evidenciar a situação econômico-financeira de determinada empresa, desta maneira possibilita a geração de informações a respeito da sua capacidade e qualidade através de indicadores, tais como: liquidez, endividamento, lucratividade e rentabilidade (SZUSTER et al., 2013).

Conforme Girioli (2010), os indicadores contábeis-financeiros surgiram da análise de balanços, tais indicadores são seccionados por grupos, destacando-se: rentabilidade, liquidez, endividamento e entre outros. Para calcular tais indicadores é necessário no mínimo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício, desta forma permitindo uma análise financeira efetiva (GITMAN e MADURA, 2014).

Contudo, Szuster et al. (2013) retratam que o índice, apesar da sua enorme capacidade de geração de informações aos seus usuários, não deve ser considerado de forma isolada, devendo ser levado em consideração todo o ambiente interno e externo e ainda outros fatores que são fundamentais a boa gestão empresarial. Os índices de liquidez e endividamento são responsáveis por evidenciar o risco em relação às obrigações contraídas, já o de rentabilidade demonstra o retorno dos investimentos realizados (GITMAN e MADURA, 2014).

2.3.1 ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

Os índices de liquidez têm por finalidade demonstrar a relação entre os bens e direitos que a empresa dispõe que são realizáveis em dado período de tempo, frente às suas obrigações contraídas, também em um determinado período (SZUSTER; CARDOSO et al., 2013). Martins, Miranda e Diniz (2018, p. 106) expõem que “Os índices de liquidez apresentam a situação financeira de uma empresa frente aos compromissos financeiros assumidos, ou seja, demonstram sua capacidade de arcar com as dívidas assumidas, o que, em última instância, sinaliza a condição de sua própria continuidade [...]”.

Esses índices são divididos em: Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata e Liquidez Geral. A análise desses índices gera aos usuários informações a respeito da capacidade financeira da empresa em quitar os compromissos assumidos de imediato, a curto e a longo prazo (SZUSTER et al., 2013). Para atender o objetivo proposto neste trabalho será evidenciado somente a Liquidez Corrente, neste sentido, Martins, Diniz e Miranda (2018, p. 106) relatam que “[...] o importante não é o uso de grande quantidade de índices, mas somente daqueles necessários à compreensão da situação da entidade em análise. Caso contrário, o analista corre o risco de perder o conjunto de vista e de se fixar em detalhes sem importância”.

O quociente da Liquidez Geral é representado pela seguinte fórmula:

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + P\tilde{N}C}$$

Desta forma, divide-se a soma do ativo circulante e realizável a longo prazo pela soma do passivo circulante e não circulante. (SZUSTER et al., 2013).

De acordo com Szuster et al. (2013, p. 324) “[...] Esse índice indica o quanto a empresa poderá dispor de recursos circulantes e de longo prazo para honrar todos os seus compromissos assumidos com terceiros (circulantes e de longo prazo)”. Ainda de acordo com Szuster et al. (2013, p. 323) retratam que “De maneira geral, define-se que, quanto maior a liquidez, melhor será a situação financeira da empresa”, porém o mesmo autor ressalta que, via de regra, um bom índice de liquidez não representa necessariamente uma boa situação financeira. Ressaltando a importância de uma boa gestão em relação aos prazos de recebimentos de clientes e pagamentos de fornecedores.

O índice de Liquidez Geral, assim como todos os demais, não deve ser tratado de maneira isolada, pois existem outras decisões tomadas pela empresa que podem acabar distorcendo este índice. Dessa forma o analista e os usuários devem estar atentos e utilizar outras informações em conjunto, a fim de evitar decisões equivocadas e errôneas (MARION, 2007). Vale lembrar que este índice deve ser utilizado por meio de comparação, ou seja, observar os mesmos índices com empresas concorrente e também utilizar o indicador em uma série de anos, visando maximizar a sua utilidade (MARION, 2007).

2.3.2 ENDIVIDAMENTO

O índice de endividamento representa qual a forma de captação de recursos por parte da empresa, sua alocação no ativo e a segurança que a mesma traz aos capitais de terceiros (SZUSTER et al., 2013). De acordo com Gitman e Madura (2014, p. 198) “O índice de endividamento mede a parte do ativo total financiada pelos credores da empresa. Quanto mais alto esse índice, maior a quantia em dinheiro de terceiros que está sendo usada para gerar lucros”.

O quociente de endividamento é representado pela seguinte fórmula:

$$EG = \frac{PC + P\tilde{N}C}{AT_{t-1}}$$

O endividamento é medido pela soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total de t-1. (SZUSTER et al., 2013)

Marion (2007) respalda que na análise de endividamento é necessário observar algumas características que evidenciam a qualidade da decisão tomada pelos gestores, sendo que recursos obtidos de terceiros com a finalidade de complementar o capital próprio e fazer investimentos para a melhoria do seu Ativo (modernização, expansão, melhora na capacidade produtiva e etc.), tendem a ser positivos, visto que, apresentarão retorno e conseqüentemente capacidade para saldar as dívidas. Já empresas que recorrem novamente à solicitação de créditos para quitar dívidas existentes acarretam perspectivas negativas, ou seja, além de não gerarem recursos para o pagamento, entram em um círculo vicioso que muitas vezes contribuem para a insolvência e até mesmo falência.

Martins, Miranda e Diniz (2018) defendem que para afirmar se um alto índice de endividamento é bom ou ruim, são necessárias algumas análises da qualidade das dívidas, pois, dívidas a longo prazo e com baixo custo, podem ser interessantes para os sócios, aumentando o retorno esperado, assim como o contrário pode afetar a rentabilidade da empresa. Sendo assim, a análise dos prazos de vencimento das dívidas é um fator determinante para verificar a solvência da empresa, através do índice de composição de endividamento (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018), representado pela seguinte fórmula:

$$CE = \frac{PC}{PC + P\tilde{N}C}$$

Encontra-se a composição do endividamento dividindo-se o passivo circulante pela soma do passivo circulante com passivo não circulante (SZUSTER et al., 2013).

2.3.3 RENTABILIDADE SOBRE AS VENDAS

A rentabilidade é fator determinante para análise das decisões e políticas dos gestores, visto que demonstra o quanto foram eficientes e se os objetivos traçados foram alcançados ou não. Via de regra, o conceito desse índice é que quanto maior, melhor (SZUSTER et al., 2013). Martins, Miranda e Diniz (2018, p. 165) ressaltam a importância deste indicador, retratando que “[...] a rentabilidade é a alma do negócio. Sem rentabilidade a continuidade da empresa estará comprometida [...]”.

Marion (2007) argumenta que a análise de rentabilidade de uma empresa através de valores absolutos possui baixo valor informativo, ou seja, o resultado obtido através da DRE de uma empresa de grande porte ao se comparar com outra de pequeno ou médio porte, não demonstra qual é mais rentável, devido principalmente pelos investimentos realizados e o volume de operações em cada uma, sendo assim faz-se necessário a utilização de indicadores de rentabilidade.

Medidas de rentabilidade são obtidas através da comparação de resultados obtidos com outros que fazem parte ou são responsáveis por esses mesmos resultados (MARION, 2007). Corroborando com os objetivos deste trabalho será utilizada a Margem Líquida, conforme Martins, Miranda e Diniz (2018, p. 173) “Esse indicador (também chamado de índice de lucratividade) é um importante sinalizador de rentabilidade da empresa [...]”.

Sendo obtida pela seguinte fórmula:

$$ML = \frac{LL}{RL}$$

Demonstra-se a margem líquida dividindo o lucro líquido pelo montante da receita líquida (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2013). Através deste índice é possível verificar o quanto de lucro está sendo gerado para cada real vendido, após a dedução de todas as despesas. Sendo assim, quanto maior a margem, melhor será para a empresa e seus sócios (MARION, 2007).

De acordo com Ferraz, Sousa e Novaes (2017, p. 58) a Margem Líquida “Mede a eficiência de a empresa produzir lucro líquido através de suas vendas. Permite ao analista identificar o quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação a certa quantidade de vendas líquidas realizadas”. Possibilitando informações que respaldam a tomada de decisão por parte dos usuários.

2.4 EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION – EBITDA

Em um mercado globalizado faz-se necessário medidas de desempenho-econômico que possam apresentar aplicabilidade em diferentes países, por meio da comparabilidade de resultados. Neste sentido, destaca-se o Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation/Depletion and Amortization, em português o Lucro antes dos juros, impostos sobre os lucros, depreciações/exaustões e amortização – LAJIDA (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018).

O EBITDA é um dos indicadores mais utilizados no mercado de capitais, sendo de interesse dos acionistas, analistas, investidores e credores (OLIVEIRA et al, 2017). Para Wernke, Junges e Schlickmann (2016), o fato deste indicador ser bastante divulgado pelas companhias, mesmo sem nenhuma obrigatoriedade se dá pela sua capacidade informativa sobre a eficácia na geração de fluxo de caixa da atividade operacional da entidade. Além disso, é responsável por evidenciar se através da geração de fluxo de caixa da empresa a mesma irá conseguir quitar suas dívidas.

O EBITDA é um indicador adotado e divulgado por diversas companhias no mundo, entre os analistas apresenta grande credibilidade, visto que é de sua competência demonstrar a lucratividade do negócio. Até a instrução 527 da Comissão de Valores Imobiliários de 2012,

não havia normas legais que determinassem o seu cálculo, desta forma após a publicação da referida instrução foi possível padronizar o LAJIDA (EBITDA) entre todas as companhias que divulgam de forma voluntária (COLOMBO, 2014).

De acordo com Oliveira et al. (2017) o EBITDA destaca-se por apresentar o desempenho operacional da organização através da análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado. Este indicador demonstra o quanto se consegue de retorno operacional, por exemplo, para cada um real de receita líquida auferida pela entidade, sua interpretação é de que quanto maior melhor, visto que demonstra a eficiência operacional da empresa.

Neste sentido, vale destacar que o EBITDA tem grande aplicabilidade dentro das organizações, não somente nas grandes corporações, mas também em empresas de menor porte como forma de avaliar o seu desempenho operacional que é de grande importância para o seu sucesso e crescimento (OLIVEIRA et al. 2017).

O cálculo do EBITDA é obtido através do uso da Demonstração do Resultado do Exercício da entidade analisada (FREZATTI e AGUIAR, 2007). Seu cálculo é obtido pela seguinte fórmula:

$$\boxed{\text{EBITDA} = \text{LL} + \text{DD} + \text{DE} + \text{DA} + \text{DF} + \text{IRPJ} + \text{CSLL}}$$

Sendo assim, é ajustado o lucro líquido do exercício através da soma das despesas depreciação, exaustão, amortização, resultados financeiros e impostos e contribuições sobre o lucro (FREZATTI e AGUIAR, 2007).

2.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa em termos de normatização surgiu a partir de 1987 pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e tinha como propósito informar investidores e empresas sobre o mercado financeiro (RIBEIRO, 2015). Daga, Kruger e Mazzioni (2015, p. 96) destacam a utilidade da DFC antes a Lei 11.638 de 2007, “[...] No Brasil, a DFC estava sendo utilizada com complemento das informações apresentadas pelas demonstrações contábeis por grandes empresas brasileiras constituídas sob a forma jurídica de sociedades por ações”.

Porém, com o advento da Lei 11.638 de 28 de Dezembro de 2007, deu-se nova redação para o artigo 176 da Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, que dispõe sobre as demonstrações obrigatórias para as companhias. Após a promulgação da referida lei, outros órgãos emitiram normatizações que sustentam a DFC, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis por meio do CPC 03; pela Deliberação da CVM nº 547/2008; Conselho Federal de Contabilidade Resolução 1.125/2008 e por meio da Lei 11.941/2009. Resultando na substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) (DAGA, KRUGER e MAZZIONI, 2015).

Esta substituição deu-se principalmente para melhoria do entendimento por parte dos usuários, conforme destaca Martins (1999, p. 8) “[...] justifica-se plenamente essa substituição apenas pelo fato de ser muito mais fácil o entendimento do Fluxo de Caixa que o da DOAR. E talvez isso realmente já seja o suficiente para a mudança (é claro, sem se alterar a Demonstração do Resultado)”.

A gestão do fluxo de caixa da entidade é de extrema importância, conforme destaca Frezatti (2014, p. 1) “[...] A organização só tem sucesso se as suas atividades materializarem a geração de caixa. No sentido clássico, o caixa representa o objetivo final dos investidores ao optarem por uma dada alternativa de alocação de recursos [...]”.

Apesar da Demonstração dos Fluxos de Caixa ser obrigatória apenas para empresas de capital aberto e companhias com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme determina o artigo 176 § 6º da Lei 6.404 de 1976, sua utilização

independe do tamanho da entidade, se possui como finalidade o lucro ou não, abrangendo as organizações de modo geral (FREZATTI, 2014).

Neste sentido, Frezatti (2014, p. 3 e 4) informa que “[...] Uma instituição religiosa, uma empresa familiar no seu nascedouro, uma empresa estatal ou mesmo uma organização prestadora de serviços têm o seu fluxo de caixa a ser gerenciado a fim de que seus objetivos possam ser atingidos de maneira adequada”.

2.5.1 CLASSIFICAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DE CAIXA POR ATIVIDADE

Para fins de maior entendimento da DFC fazem-se necessárias algumas definições, tais como: Caixa, Equivalentes de Caixa e Fluxos de Caixa. Caixa é representado pelo numerário em espécie e depósitos bancários; Equivalentes de caixa correspondem às aplicações financeiras de curto prazo, e que ao serem resgatas não há perda significativa de valor; e Fluxo de caixa são as entradas, saídas de caixa e equivalentes de caixa (CPC 03 - R2). A Demonstração dos Fluxos de Caixa retrata informações sobre as alterações de caixa e equivalentes de caixa em dado período de tempo, os fluxos de caixa são classificados em três atividades a operacional, de investimento e de financiamento (CPC 03 - R2).

A entidade obrigatoriamente deve apresentar seus fluxos de caixa em atividades operacionais, investimento e financiamento, essa classificação seccionada em atividades permite um maior detalhamento da composição do caixa e equivalentes de caixa da entidade. Além disso, traz aos usuários informações sobre o impacto de cada atividade na situação financeira da entidade, e surge também a possibilidade de comparação entre as próprias atividades da empresa, ou seja, qual atividade está gerando ou consumindo caixa e equivalentes de caixa (CPC 03 – R2).

2.5.2 MÉTODOS DE ELABORAÇÃO DA DFC

Quanto ao método de elaboração da DFC a legislação permite a utilização do método direto e indireto, porém, a um incentivo para que as entidades no Brasil adotem o método indireto. As duas possibilidades quanto ao método de elaboração só é aplicada a atividade operacional da empresa (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018). Sobre a apresentação dos fluxos de caixa da atividade operacional pelo método direto o Comitê de Pronunciamentos Técnicos – CPC 03 (ITEM 18) define que “[...] o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas”.

Os dados para elaboração da DFC pelo método direto podem ser obtidos através dos registros contábeis, ou pelos ajustes das vendas, custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, e de outros itens da Demonstração do Resultado do Exercício ou do Balanço Patrimonial, tais como: variações nos estoques, nas contas a pagar e a receber, itens que não passam pelo caixa e que não fazem parte das atividades de investimento e financiamento (CPC 03 – R2).

O método indireto consiste no ajuste do lucro líquido do exercício de variações ocorridas nos estoques, contas a receber e pagar; montantes que não afetam o caixa, tais como: depreciação, provisões, tributos diferidos e outros; e de outros itens que não se classificam como atividade operacional (CPC 03 – R2).

2.5.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA FINS DE TOMADA DE DECISÃO

No Brasil principalmente as micro e pequenas empresas o processo contábil praticamente não existe, sendo desenvolvido apenas para fins tributários, com vistas a atender o fisco. A este fato está atribuída a interpretação equivocada da Lei 123 de 2006 (Lei Geral das Micro e Pequenas empresas) por parte de alguns profissionais e empresários, que afirmam que tais empresas estariam obrigadas apenas ao Livro Caixa, porém, essa interpretação errônea acaba trazendo prejuízos para o próprio contribuinte (HOCHSPRUNG et al., 2011).

A falta de escrituração contábil reflete em toda a sociedade, pelo fato de que não há forma confiável de se avaliar a economia distorcendo toda a estatística levantada, prejudicando o desenvolvimento de políticas públicas pautadas no desenvolvimento social e econômico do país. Além do mais, proporciona um déficit na arrecadação de tributos devidos a União, Estados, Distritos e Municípios (HOCHSPRUNG et al., 2011).

As demonstrações contábeis proporcionam informações úteis que auxiliam os usuários a compreender toda a estrutura e variações patrimoniais da entidade, tais informações contribuem para o sucesso e prosperidade das organizações. Demonstrações pautadas na legislação e normas vigentes não se limitam apenas ao Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, mas sim em relatórios, pareceres, e outras formas de comunicação que auxiliam os usuários nas tomadas de decisões (HOCHSPRUNG et al., 2011).

Para Daga, Kruger e Mazzioni (2015, p. 95) “A DFC se apresenta como um artefato importante para o gestor financeiro da empresa, permitindo verificar como suas decisões irão se refletir nos resultados e quais serão os impactos sobre o caixa”. Moreira et al. (2014, p. 10) destaca que “O fluxo de caixa é um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros de uma entidade e, pode ser considerado na esfera gerencial, como indispensável para o processo decisório”.

A visão sobre a posição financeira da entidade torna a DFC uma ferramenta de extrema qualidade para os gestores na hora da tomada de decisão. Frequentemente as entidades se deparam com bons lucros, porém, o seu desempenho de caixa não é compatível com os lucros auferidos. Na elaboração da DRE um bom lucro não significa caixa (regime de competência), sendo assim justifica-se a utilização da DFC com o intuito de demonstrar como está sendo captação e alocação de recursos da empresa, seccionados por atividades operacionais, investimento e financiamento (DAGA, KRUGER e MAZZIONI, 2015).

Nas palavras de Borges, Nunes e Alves (2012, p. 143) “[...] a DFC pode ser considerada um forte instrumento de apoio à tomada de decisão num contexto de incerteza”. Sendo assim, caso a entidade tenha a perspectiva de continuidade é de grande importância a adoção de medidas que auxiliam o gestor na tomada de decisão, neste contexto a contabilidade é a principal ferramenta para obtenção de informações úteis, e sendo a DFC parte integrante da contabilidade ressalta-se a capacidade informativa (HOCHSPRUNG et al., 2011; DAGA, KRUGER e MAZZIONI, 2015; MOREIRA et al. 2014; BORGES, NUNES e ALVES, 2012; FREZATTI, 2014).

3 METODOLOGIA

A ciência busca como objetivo principal demonstrar a confiabilidade dos fatos apresentados, ou seja, a veracidade, além do mais permite expor sua verificabilidade. Para que seja possível a constatação de que um trabalho é científico, torna-se irrefutável retratar de forma clara e objetiva qual foi o método adotado para sua realização (GIL, 2012). Em relação a metodologia e de acordo com manual de trabalhos da instituição, este trabalho científico apresenta a seguinte classificação: quanto a natureza; forma de abordagem do problema; objetivos e procedimentos técnicos adotados.

Na realização da pesquisa utilizou-se a revisão bibliográfica de artigos, livros e teses buscando temas relacionados com o problema e objetivos do trabalho, como critério para seleção do material que fundamentou o trabalho artigos com qualificação qualis capes (Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por meio de revistas com qualis entre A-2 e B-3, livros relacionados ao tema dispostos no acervo da biblioteca da instituição e teses dispostas nos sites de universidades renomadas, não se restringiu em relação a data de publicação dos materiais, porém, realizou-se averiguação quanto a atualidade do conteúdo utilizado.

4 ESTUDO DE CASO

A aplicação prática foi desenvolvida na empresa Madeireira Richter Ltda, apresentando como atividade principal: serraria com desdobramento de madeira, pertencendo ao ramo do setor industrial.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O quadro a seguir demonstra os resultados obtidos através da análise dos indicadores financeiros, dos períodos que compreendem o ano de 2016 e 2017, da empresa Madeireira Richter Ltda.

Quadro 1 – Indicadores Financeiros

Indicador	Fórmula	Interpretação	Resultado 2017	Resultado 2016
Liquidez Geral	$LG = \frac{AC+ARLP}{PC+PRLP}$	Determina na relação 1:1 a capacidade de crédito em relação ao débito (longo prazo).	$\frac{6.011.464,37}{2.953.185,12}$ $\cong 2,04$	$\frac{5.254.045,20}{1.845.109,96}$ $\cong 2,85$
Endividamento Geral	$EG = \frac{PC+P\tilde{N}C}{AT_{t-1}}$	Determina a fração do ativo que é financiada por terceiros.	$\frac{2.953.185,12}{14.796.478,61} \times 100$ $\cong 19,96\%$	$\frac{1.845.109,96}{15.921.186,56} \times 100$ $\cong 11,59\%$
Composição Endividamento	$CE = \frac{PC}{PC+P\tilde{N}C}$	Determina a composição do endividamento em relação ao seu prazo, curto ou a longo prazo.	$\frac{2.953.185,12}{2.953.185,12} \times 100$ 100%	$\frac{1.845.109,96}{1.845.109,96} \times 100$ 100%
Margem Líquida	$ML = \frac{LL}{RL}$	Determina o quanto de lucro está sendo gerado a cada real vendido.	$\frac{359.291,22}{5.990.586,87} \times 100$ $\cong 6\%$	$\frac{563.087,08}{6.116.332,61} \times 100$ $\cong 9,21\%$

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Nota-se que na análise do índice de liquidez geral a empresa apresenta um quociente considerado satisfatório, ou seja, para cada R\$ 1,00 (Um real) de dívida a curto e a longo prazo a empresa possui em 2017 R\$ 2,05 (Dois Reais e Cinco Centavos), mesmo com uma queda do indicador na comparação com 2016 a empresa mantém-se com capacidade financeira para arcar com as obrigações assumidas.

No que diz respeito à análise do índice de endividamento na comparação entre o ano de 2016 para 2017, observa-se um ligeiro aumento passando de aproximadamente 11,59% em 2016 para 19,96%, sendo assim, em relação ao seu Ativo total aproximadamente 19,96% é financiado por credores da entidade. Ao longo do trabalho foram apontados diversos entendimentos sobre o tema endividamento, sendo que via de regra, quanto maior este indicador pior é para as entidades, porém, algumas empresas conseguem trabalhar com um índice elevado de endividamento, mas para isso é necessário avaliar o seu prazo (conforme exposto no tópico 1.3.2).

Neste sentido, através da análise da composição do endividamento é possível constatar que em relação aos prazos de vencimentos do endividamento, o mesmo está alocado na

totalidade a curto prazo (Passivo Circulante), desta forma, a empresa apresenta um nível saudável de financiamento de seus Ativos totais, que tem por finalidade o financiamento do seu capital de giro, por este motivo está concentrado no curto prazo.

No que tange à margem líquida da empresa, nota-se que houve um percentual considerável de redução passando de aproximadamente 9,26% em 2016 para 6% em 2017, o que pode ser explicado perfeitamente pela situação econômica atual do país, que no ano de 2016 conforme datado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma queda de 3,6% e o setor industrial caiu 3,8% na comparação com o ano de 2015, já em 2017 o PIB houve aumento de 1%, porém, o setor industrial não apresentou nenhuma melhora fechando em 0% de aumento na comparação com 2017.

Com a finalidade comparativa deste indicador, foram realizadas buscas na BM&FBovespa de empresas do mesmo segmento (madeiras), que divulgam as demonstrações contábeis, apresentando-se duas empresas: Eucatex S.A Indústria e Comercio e Duratex S.A. As referidas firmas são companhias de capital aberto que negociam suas ações em bolsa e atuam em um ambiente regulatório distinto da empresa estudada, contudo a comparação é válida até mesmo para levar ao conhecimento dos gestores o percentual de margem líquida esperado para o setor. As empresas citadas apresentaram este indicador em 2017 respectivamente 3,48% e 4,64% e em 2016 2,93% e 0,67%, aproximadamente. Desta maneira, a empresa estudada apresenta uma margem líquida aceitável dentro do segmento no qual atua.

Contudo, vale ressaltar a relevância deste indicador, visto que o mesmo demonstra o quanto da receita líquida está se transformando em lucro para a entidade, sendo que sua posição afeta não somente a entidade, mas também a remuneração dos sócios, desta forma, vale sugerir ao gestor da empresa uma análise minuciosa deste fato.

O quadro a seguir apresenta a análise do indicador EBITDA dos períodos de 2016 e 2017, da empresa Madeireira Richter Ltda.

Quadro 2 – Lucro Antes Dos Impostos, Juros, Depreciação E Amortização - Lajida

(EBITDA).

LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS, JUROS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO - LAJIDA (EBITDA)		
Título	2017	2016
VENDA BRUTA OPERACIONAL	6.581.180,65	6.872.025,50
DEDUCOES DE VENDAS	-590.593,78	-541.238,74
RECETA LIQUIDA OPERACIONAL	5.990.586,87	6.330.786,76
CUSTOS DAS VENDAS	-4.296.013,55	-4.237.069,54
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	1.694.573,32	2.093.717,22
DESPESAS/RECETAS OPERACIONAIS	-1.070.153,17	-1.379.351,21
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS, JUROS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO - LAJIDA (EBITDA)	624.420,15	714.366,01
DESPESAS FINANCEIRAS	-56.117,20	-10.063,24
RECETAS FINANCEIRAS	246,89	73.238,46
LUCRO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	568.549,84	777.541,23
PROVISAO P/CONTRIBUICAO SOCIAL	-79.165,70	-81.490,44
PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	-130.092,92	-132.963,71
LUCRO LIQUIDO	359.291,22	563.087,08

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A principal finalidade do indicador EBITDA é demonstrar a capacidade operacional da entidade em gerar fluxos de caixa da atividade operacional, sendo a principal atividade da organização a mesma é fundamental para determinar a saúde financeira. Conforme a análise efetuada, pode-se observar que a empresa detém capacidade operacional para geração de

fluxos de caixa, notando-se um decréscimo na comparação entre 2016 para 2017, o que se explica principalmente através da diminuição do seu faturamento e o aumento do CMV que em 2016 representava 61% das receitas, já e em 2017 65%.

O quadro a seguir apresenta a Demonstração de Fluxo de Caixa dos anos de 2016 e 2017, da empresa Madeireira Richter Ltda.

Quadro 3 – Demonstração Fluxo de Caixa (Método Indireto)

MADEIREIRA RICHTER LTDA		
CNPJ: 32.951.881/0001-12		
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	359.291,22	563.087,08
Ajustes ao Resultado Líquido		
Outros Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-11.000,00
Resultado Líquido Ajustado	359.291,22	552.087,08
Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
Aumento/Redução em Duplicatas a Receber	4.372,95	-173.288,72
Adiantamentos	34.885,91	-42.319,32
Outros Créditos	-105.304,53	1.565.450,70
Estoques	-610.719,63	-423.915,44
Dispêndios Antecipados	74.074,86	-48.895,18
Fornecedores	858.824,81	-383.640,82
Obrigações Sociais/Trabalhistas	5.972,85	44.076,38
Obrigações Tributárias	2.281,59	-122.533,67
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	623.680,03	967.021,01
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra de Imobilizado e Intangível	-129.634,00	-23.520,00
Aquisição de Investimentos/Participações	-155.404,45	-177.808,34
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimentos	-285.038,45	-201.328,34
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos Contraídos	47.277,19	140.241,80
Aumento de Capital pelos Sócios	412.072,50	0,00
Pagamento Lucros a Distribuir	-492.440,86	-1.350.218,24
Outras Variações	-289.000,00	-5.120,48
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	-322.091,17	-1.215.096,92
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.550,41	-449.404,25
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	30.053,82	479.458,07
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	46.604,23	30.053,82
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.550,41	-449.404,25

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme exposto ao longo do trabalho é obrigatória apenas para as entidades de capital aberto e companhias com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00, porém, como ferramenta de análise para a tomada de decisão constitui um demonstrativo com aplicabilidade para qualquer organização e principalmente nas empresas que não possuem obrigação legal para o seu levantamento. Destaca-se que a falta de fluxo caixa em muitos casos é fator determinante para o insucesso de qualquer empreendimento.

Conforme a DFC levantada na empresa Madeireira Richter é possível constatar que no ano de 2016 a empresa obteve um fluxo de caixa negativo no montante de R\$ 449.404,25,

neste primeiro momento ao analisarmos este dado, pressupõe-se que a entidade está em sérios riscos, no que diz respeito à saúde financeira. Porém, a DFC através da divisão dos fluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e financiamento, possibilita o entendimento diferente do inicial, visto que esta segregação é de fácil compreensão o que proporciona gerar informações úteis para seus usuários.

Sendo que no ano de 2017 a empresa apresentou os seguintes montantes em suas atividades: Atividade Operacional caixa líquido gerado de R\$ 623.680,03; Atividade de Investimento caixa consumido de R\$ 285.038,45; Atividade de Financiamento caixa consumido de R\$ 322.091,17, findando o ano com um fluxo de caixa positivo em R\$ 16.550,41. No ano de 2016 os montantes ficaram da seguinte forma: Atividade Operacional caixa líquido gerado de R\$ 967.021,01; Atividade de Investimento caixa consumido de R\$ 201.328,34; Atividade de Financiamento Caixa Consumido de R\$ R\$ 1.215.096,92, fechando o ano com uma variação no fluxo de caixa negativa, em R\$ 449.404,25.

Tal situação se explica pelo fato de que no ano de 2016, a entidade nas atividades operacionais gerou um volume considerável de fluxos de caixa (conforme também constatado no cálculo do EBITDA), possibilitando a realização de investimento, porém, o fator determinante para o fluxo de caixa negativo foi pagamento de lucros a distribuir aos sócios, nota-se que o lucro distribuído é superior ao obtido no ano. Este fato se dá pela política de distribuição de lucros, inicialmente é realizada a retenção e por consequência a utilização deste capital na empresa e à medida que os sócios necessitam é realizado o pagamento dos lucros a distribuir.

Sendo assim, no ano em que são efetuados estes pagamentos de lucros, há uma consequência significativa na Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade, o que necessariamente não significa uma falta de fluxo de caixa da empresa, que possa comprometer a capacidade financeira e sim uma política adotada, sendo que, os índices financeiros apresentados no período alcançam resultados assegurando que mesmo com a preferência pela retenção dos lucros, a empresa continua mantendo uma perspectiva financeira sólida. Destaca-se que essa política torna-se atrativa para a empresa, por se tratar de uma empresa familiar, o que facilita a implantação desta captação de recursos para maximizar suas operações.

Em 2017 nota-se a mesma situação apresentada, porém em um volume menor devido, principalmente, à redução dos fluxos de caixa da atividade operacional, contudo a entidade manteve uma postura de realização de investimento, o que é um aspecto positivo e realizou um montante menor de distribuição de lucros, findando o ano com um fluxo de caixa positivo e mantendo sua capacidade financeira satisfatória.

4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pode ser constatado diante da análise das demonstrações contábeis da entidade através dos indicadores financeiros, tais como: a liquidez geral, endividamento geral, composição de endividamento e margem líquida, que a empresa analisada apresenta índices satisfatórios, porém, vale destacar que na comparação entre os anos, em 2017 houve uma pequena queda da liquidez geral, da margem líquida, e um aumento no seu endividamento. Não influenciando de forma significativa na estrutura financeira da empresa, contudo, é necessária atenção a este fato.

É possível afirmar, através da análise do EBITDA, que a empresa tem capacidade na parte operacional para gerar fluxos de caixa, o que é um ponto relevante em qualquer organização, porém, nota-se também uma pequena queda no ano de 2017 em comparação com 2016. A parte operacional da empresa é um ponto chave para a continuidade no mercado, sendo assim, qualquer alteração inspira cuidados para os gestores.

No que tange à Demonstração dos Fluxos de Caixa é possível constatar que a empresa consegue gerar fluxos de caixa em sua atividade operacional, possibilitando a aplicação desses fluxos em investimento, o que é um ponto importante e necessário. Além disso, tem possibilidade financeira para realizar a remuneração devida aos sócios, que adotam uma postura de acúmulo de lucros na empresa, na medida em que apresenta capacidade ou que os mesmos necessitem deste capital, é realizado o pagamento, ocasionando conforme o ano de 2016 um impacto significativo na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Tonar-se possível também identificar que através desta política de distribuição de lucros, os indicadores financeiros não acompanham a DFC, apresentando-se de forma clara ao analisarmos o ano de 2016, em que o fluxo de caixa foi negativo, porém, os índices de liquidez geral e margem líquida foram melhores que no ano de 2017, que por sua vez apresentou um fluxo de caixa positivo, mas tais indicadores sofreram reduções. O índice de endividamento sofreu um aumento em 2017 devido ao adiantamento de capital realizado pelos sócios, e o EBITDA por sua semelhança com a DFC, acompanhou a redução no ano de 2017 em relação à parte operacional.

Neste sentido, tais informações servem para auxiliar os gestores no processo decisório, nas quais vale destacar: a margem líquida da entidade que sofreu uma ligeira redução, o que tem impacto imediato na lucratividade da empresa e por consequência também afeta a distribuição de resultados. Esse fato aponta aos gestores a necessidade de uma análise detalhada de suas receitas, custos e despesas, com vistas a encontrar pontos negativos e a partir deste momento traçar caminhos para reverter tal situação com o intuito de melhorá-la.

Outro ponto importante que pode auxiliar os gestores é análise do indicador de composição do endividamento, onde a empresa apresenta 100% de suas obrigações a curto prazo, mesmo a entidade possuindo capacidade financeira para arcar com todas suas obrigações a curto prazo, pode ocorrer em um momento que foge a normalidade uma complicação para empresa, visto que suas dívidas são todas de imediato, são responsáveis em financiar o seu capital de giro. Desta forma, é interessante também a análise de dívidas a longo prazo, principalmente para financiar os ativos também de longo prazo.

Além disso, outra análise que auxilia os gestores na tomada de decisão é em relação à DFC, na qual observa-se que a atividade operacional no ano de 2017 sofreu uma queda na geração de fluxos de caixa considerável, sendo assim, possibilita um enfoque maior nessa área, com vistas a revisar suas políticas de estoques, de prazo de pagamento a fornecedores, e recebimento de clientes, buscando maximizar a operação principal da entidade.

Conforme exposto, a Demonstração dos Fluxos de Caixa junto aos indicadores financeiros e ao EBITDA, é capaz de fornecer informações relevantes de cunho financeiro da entidade analisada, nutrido desta forma os gestores, de informações úteis que auxiliam o processo decisório, com o intuito de tomar as melhores decisões possíveis, para maximizar a rentabilidade da organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova conjuntura econômica mundial faz com que as organizações necessitem de informações em tempo real sobre diversos aspectos, dentre os quais se destaca a sua posição patrimonial e financeira. Sendo assim, a contabilidade tem em sua principal finalidade servir de fonte de informações úteis que auxiliam no processo de tomada de decisão. Nas grandes corporações, o uso da contabilidade é inquestionável pautando todas as tomadas de decisões, porém, nas pequenas e médias empresas a realidade é diferente, sendo que a contabilidade é utilizada na maioria das vezes para atender ao fisco.

A este fato é creditado na perspectiva de que as empresas se prendem à legislação, que as desobrigam de levantar suas demonstrações contábeis, o que acaba comprometendo a geração de informações vitais para a sua sobrevivência e continuidade no mercado. Desta

forma, faz-se necessário que os profissionais da contabilidade demonstrem para os gestores das organizações, a relevância da contabilidade para a gestão de seus empreendimentos, e que, dentre as várias ferramentas ofertadas pela contabilidade, à utilização da análise da capacidade financeira, econômica e patrimonial, torna-se fator essencial nas tomadas de decisão.

Sendo assim, o presente trabalho apresentou como objetivo conceituar e apresentar a utilização de indicadores financeiros, aliado a Demonstração dos Fluxos de Caixa com a finalidade de melhorar o processo de tomada de decisão de empresas que não possuem obrigação legal para apresentação, buscando destacar a sua capacidade contributiva, não apenas em grandes empreendimentos, mas também em pequenas e médias empresas.

Desta maneira, com o intuito de responder o objetivo traçado, buscou-se a revisão bibliográfica de autores que destacam a utilização dos indicadores financeiros e também da DFC, como medida para avaliar a situação financeira das entidades, posteriormente com o conhecimento adquirido foi aplicado um estudo de caso na empresa Madeireira Richter Ltda, objetivando exemplificar na prática o problema de pesquisa definido, o que resultou na confirmação positiva, a análise da DFC aliada aos indicadores financeiros é capaz de prover informações precisas aos seus usuários para a melhoria no processo decisório, independente do porte da empresa.

É possível respaldar a afirmação apresentada através dos resultados obtidos, demonstrando que a utilização da DFC proporciona uma visão geral dos fluxos de caixa da empresa e seccionada por atividades operacional, investimento e financiamento, proporciona aos gestores verificar as atividades que estão gerando fluxos de caixa e as quais estão consumindo e se aliar à comparação entre períodos, resulta em uma importante ferramenta para verificação de inconformidades e, por consequência, auxiliar no processo decisório com vistas a corrigir as situações indesejadas que comprometem o desempenho da entidade.

Além disso, conforme apresentado no trabalho os indicadores financeiros consistem em uma importante ferramenta para medir o desempenho financeiro de qualquer empresa, visto que proporcionam, por meio da comparação com períodos anteriores, a verificação se a entidade apresenta um melhora ou piora no seu desempenho. Com isso, auxilia os gestores a buscarem análises precisas em pontos chaves, que estão influenciando sua performance, contribuindo para a tomada de decisão rápida e eficaz, desta forma, maximizam as operações e, por consequência, a riqueza gerada pela empresa.

A capacidade informacional da contabilidade é inquestionável para as organizações, desde os primórdios e principalmente no cenário atual aonde é exigida cada vez mais, devido à rapidez em que as decisões têm que ser tomadas. Porém, nota-se que no Brasil somente as organizações de grande porte utilizam a mesma da maneira correta, neste sentido, é necessário o rompimento desta barreira para as empresas de pequeno e médio porte, sendo que essa quebra de paradigma passa necessariamente pela demonstração da capacidade de geração de informações aos gestores desses empreendimentos.

O trabalho limitou-se à comparação de indicadores e o fluxo de caixa nos anos de 2017 e 2016 em uma empresa do setor industrial, principalmente pelas dificuldades encontradas na aplicabilidade do estudo em outros setores, devido à falta de empresas que levantam as demonstrações contábeis ora analisadas e também que possuem o desimpedimento de dispor das mesmas para análise em trabalhos acadêmicos. Desta forma, torna-se relevante para futuros estudos a aplicação em diversos setores com o intuito de reforçar a finalidade da contabilidade para esses empreendimentos, além da demonstração de outras ferramentas da contabilidade que auxiliam os gestores para melhorar a tomada decisão.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, W. C. O.; SILVA, E. L. D.; RADOS, G. J. V. Inovação, Competitividade e Informação: Breves Reflexões. **Revista Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 98-121, jul-dez 2017. ISSN 2236-417x.
- BARBOSA, R. R. Acesso e necessidades de informação de profissionais brasileiros: um estudo exploratório. **Revista Perspectivas em ciências da informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 5-35, jan-jun 1997. ISSN 1981-5344.
- BORGES, M. S. D.; NUNES, S. C. D.; ALVES, M. T. V. D. A Demonstração dos Fluxos de Caixa e sua Contribuição para uma Tomada de Decisão mais Informada. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 141-158, jan-mar 2012. ISSN 1809-3337.
- BRAGA, H. R. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRASIL. Lei N 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>. Acesso em: 08 jun. 2018.
- COLOMBO, V. L. B. **Diferenças entre o valor do EBITDA divulgado pelas S.A. e o apurado metodologicamente: estudo de 128 companhias listadas na BM&FBOVESPA em 6 setores**. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2014.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa**, 2010. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2010.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- _____. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- COSTA, A.; THEÓPHILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M. A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 110-126, mai-ago 2012. ISSN 1984-3925.
- DAGA, K.; KRUGER, S. D.; MAZZIONI, S. Demonstração dos Fluxos de Caixa: Controle gerencial ou obediência normativa? **Revista de Contabilidade UFBA**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 93-112, jan-mar 2015.
- FERRAZ, P. S.; SOUSA, E. F.; NOVAES, P. V. G. Relação entre Liquidez e Rentabilidade das empresas listadas na BMF&BOVESPA. **Revista Contexto**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 55-67, jan-abr 2017.
- FREZATTI, F. **Gestão do Fluxo de Caixa**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- FREZATTI, F.; AGUIAR, A. B. D. EBITDA: Possíveis Impactos sobre o Gerenciamento das Empresas. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 3, n. 3, p. 07-24, set-dez 2007. ISSN 1809-3337.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GIRIOLI, L. S. **Análise do uso de medidas de desempenho de empresas presentes na pesquisa em contabilidade no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e

Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2010.

GITMAN, L. J.; MADURA, J. **Administração Financeira: Uma abordagem gerencial**. Tradução de Maria L. G. L. Rosa. 7ª. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

HOCHSPRUNG, R. et al. Obrigatoriedade da Escrituração Contábil nas Micro e Pequenas Empresas na Concepção dos Contabilistas da Grande Florianópolis. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 3, n. 1, p. 20-36, jan-jun 2011. ISSN 2176-9036.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS**, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9439-pib-recua-3-6-em-2016-e-fecha-ano-em-r-6-3-trilhoes>>. Acesso em: 29 set 2018.

_____. **AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS**, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes>>. Acesso em: 29 set 2018.

IUDÍCIBUS, S. D. **Análise de Balanços**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, S. D.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. D. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACEDO, M. A. D. S.; CORRAR, L. J. Mensuração do Desempenho Contábil-Financeiro: Comparando Metodologias de Consolidação de Índices. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 1-14, jan-jun 2012. ISSN 2178-9258.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 17ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, E. Contabilidade versus fluxo de caixa. **Caderno de Estudos**, São Paulo, n. 20, p. 01-10, abr 1999.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MIRANDA, G. J.; REIS, A. D. Indicadores Financeiros e não Financeiros de Longo Prazo: um estudo em empresas atacadistas e distribuidoras. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 11-34, out-dez 2006. ISSN 0103-734X.

MOREIRA, A. T. et al. Um Estudo Comparativo do EBITDA e do Fluxo de Caixa Operacional em Empresas Brasileira do Setor de Telecomunicações. **Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 05-22, set-dez 2014. ISSN 2238-5320.

NUINTIN, A. A. **O desenvolvimento de indicadores do desempenho e da qualidade para o processo de produção: Estudo de casos do processo de produção do café**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2007.

OLIVEIRA, C. D. R. et al. Um estudo sobre causalidade entre EBITDA e retorno das ações de empresas brasileiras (2008 - 2014). **Revista Enfoque Reflexão Contábil**, Paraná, v. 36, n. 2, p. 115-130, mai-ago 2017. ISSN 1984-882X.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Avançada**. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SOUZA, P. D. et al. Estudo Sobre os Atributos da Contabilidade Gerencial em Empresas de Capital Aberto do Setor de Energia Elétrica. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 7, n. 2, p. 215-230, jan-dez 2015. ISSN 2176-9036.

SZUSTER, N. et al. **Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária**. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WERNKE, R.; JUNGES, I.; SCHLICKMANN, L. Aplicação comparativa entre EVA e EBITDA: estudo de caso em empresa fabril. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 12, n. 27, p. 87-116, set-dez 2015. ISSN 2175-8069.